

# FORMAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO: MERCADO PRODUTIVO PARA A SOCIEDADE

TÂNIA REGINA SANTOS FERRAZ<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo cujo tema “Formação educacional e trabalho: mercado produtivo para a sociedade” tem como dimensão operacional identificar requisitos exigidos pela empresa para admissão do trabalhador assim como fatores de aquisição do emprego, traça-se uma análise teórico-metodológica que desvela o papel da Universidade e a formação universitária. Percebe-se nesse trabalho cujos resultados corroboraram os nossos objetivos apresentaram questões relativas ao tempo de vida vivido na universidade, como um elemento agregador dos construtos de admissão que interessam a empresa. Nessa perspectiva a empresa prefere formar seu próprio quadro funcional criando modelo padrão de funcionário, compreendendo a Universidade como espaço de preparo e formação ideológica das categorias de racionalidade, subserviência, respeito e hierarquia, disciplina, dentre outras. Como tal, a Universidade funciona nessa dinâmica como uma instituição formadora de potencialidades cidadã dentro do sistema capitalista, mediando as relações de direitos e deveres de cada indivíduo e instituições.

**Palavras-chave:** Universidade, produção, capitalismo, empresa, conhecimento e formação ideológica, trabalho e sistema produtivo.

## ABSTRACT

This article whose theme "Professional education and work: productive market for society" is to identify operational dimension requirements for admission by the company of the worker as well as the acquisition of employment factors, we draw a theoretical and methodological analysis reveals that the role University and college education. It is observed in this study whose results corroborated our goals had questions regarding lifetime lived in the university, as an element of the constructs aggregator admission that interest company. In this perspective the company prefers to form your own workforce creating an official standard model, including the University as a place of preparation and training of the ideological categories of rationality, subservience, respect and hierarchy, discipline, among others. As such, the University works in this dynamic educational institution as a citizen of potentialities within the capitalist system, mediating the relationships of rights and duties of individuals and institutions.

**Keywords:** university, production, capitalism, business, knowledge and ideological training, work and productive system.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Administração pela UNEB. Licenciada em Matemática pela FACE. Especialista m Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação e Políticas Públicas e Orçamentárias pela UNEB. Professora de ensino fundamental na Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila e médio no Município de São Francisco do Conde no Estado da Bahia. Doutoranda em Ciência da Educação na Universidad San Carlos em Assunção- PY.

## INTRODUÇÃO

Durante os últimos anos tem crescido as exigências do mercado produtivo no que se refere à formação e qualificação dos seus recursos humanos. No entanto a velocidade com que se processa o desenvolvimento tecnológico e as alternativas de qualificação profissional dos indivíduos com que a escola se prepara tem levado o Estado a provocar mudanças significativas no sistema educativo. Entretanto, essas mudanças não têm atingido um patamar que atenda à velocidade desse desenvolvimento.

Por outro lado, não se pode afirmar que exista a incompatibilidade entre a questão da formação profissional, esta última, construto da formação integral e o desenvolvimento econômico social. Há de se considerar a questão da promoção do indivíduo e a busca da igualdade social. A esse respeito afirma Paro (1979, p.23) “pode ser útil à concepção que distingue crescimento econômico e progresso econômico”, para esse autor, essas duas situações são consideradas como fases suportes que fazem passar países subdesenvolvidos para desenvolvidos. Aí é que a educação é chamada a concorrer em maior medida para a elevação qualitativa da grande massa da população. Nesse sentido, há necessidade de se romper através do conhecimento padrões tecnológicos antigos, para fazer processar um movimento qualitativo que possa desenvolver um sistema produtivo que acompanhe a velocidade necessária ao desenvolvimento.

Há de se considerar também a educação e o social como suportes para o desenvolvimento, no entanto, o que se tem planejado em educação como resposta a esse processo de desenvolvimento, não tem atingido um patamar satisfatório, por conta de que a dependência científica e tecnológica refletidos na importação de equipamentos técnicos e processos criativos têm sua origem nos países hegemônicos exportadores de conhecimento. Esta situação historicamente consolidada, tem se refletido nos processos e no sistema de educação dos países emergentes. Assim as mudanças no processo educativo, apesar de ter traçado direções que viabilizam certa inserção qualitativa para o desenvolvimento do sistema produtivo, de certo modo não tem demonstrado efeito qualitativo, visto a inexistência de uma cultura conceptual entre esse sistema de produção e a escola, no sentido que ambos possam defender os mesmos interesses.

Se de um lado a escola na projeção da educação formal tem atuado como princípio a formação integral, por outro lado a empresa exige um grau de especialização, ao qual são

direcionados esses indivíduos para responder à maximização do seu capital. E assim expressa Arapiraca (1982, p.43) “De maneira geral, cabe à educação formal, principalmente a função de preparar o povo para ser treinado, mais do que treiná-lo. Por outras palavras, o principal rendimento da educação formal deveria ser educar pessoas treináveis”, daí propriamente ditos, são feitos informalmente no interior da empresa, isto é, a empresa prepara seu contingente destratando assim o que a escola produz. Assim, é que essas contradições nos levam a interpretação de que os indivíduos escolarizados são construtos ideológicos que se formaram pelo tempo de vida vivido na escola, os quais funcionam como mero instrumento de status social.

Como foco ainda da realidade da escola, admitindo que esta exerça uma função ideológica sobre o indivíduo, preparando e enquadrando às contradições sociais a até certo ponto toma corpo a sua coisificação, dessa forma, as empresas constroem seu próprio quadro profissional contando, sobretudo, com os construtos ideológicos adquiridos na dinâmica da formação superior pelos egressos desses cursos. Diante dessa realidade, surge a hipótese que a relação de educação e trabalho tem exigido do trabalhador um nível de formação e qualificação profissional, com resultante na ascensão socioeconômica do indivíduo e que esta necessita da formação especializada, que tem identidade com os interesses do sistema produtivo.

Dessa forma a nossa reflexão se embasa frente a uma análise prática às duas realidades que se processam na dinâmica do sistema sócio-produtivo, em que de um lado os teóricos expressam a existência de uma unidade orgânica trabalho-educação, e do outro o desenvolvimento do sistema produtivo, de um modo geral ambos tem teoricamente demonstrado ser essa unidade um processo utópico, onde na defesa de cada um dos interesses respectivamente educação-trabalho, a primeira busca em sua essência a construção do indivíduo integral, no qual se corporifica a prática de cidadania, configurando no binômio direito e deveres.

No caso do trabalho, compreende-se como extrato principal a questão do indivíduo produtivo com reflexo direto na produção e na economia, entende-se, portanto, a empresa como lócus do sistema produtivo o que tem historicamente preservado seus interesses, e por conta disso, tem buscado na escola não a educação como instrumento de formação integral, e sim a educação como propulsora de um conhecimento ideológico para uma especializada prática cidadã produtora de uma relação direta com o sistema e os interesses do capital.

Portanto, esta reflexão persegue numa direção que possibilite um confronto com os dados extraídos da realidade, em que responde as questões diretas e multireferenciais aos requisitos exigidos pela empresa para admissão do trabalhador que ocupará funções especializadas; fatores que implicam na aquisição de emprego (trabalho) sem a formação universitária; e fatores que provocam a empresa a considerar à formação universitária. Diante disso, o problema apresentado nesse trabalho configura-se como consequência de um questionamento quanto a real necessidade das empresas em contratarem pessoas que tenham um diploma de nível superior.

Portanto, Universidade ainda continua sendo o meio balizador de ingresso ao mercado de trabalho, como também, verifica-se o quanto as empresas investem no capital humano com cursos de capacitação e similares, demonstrando que o fato de capturarem funcionários graduados não é apenas uma questão de exigência, mais uma necessidade de absorverem pessoas que tenham a capacidade de serem treinadas e ajustadas a seu sistema.

Dessa forma, no que se refere a esta instituição “Universidade” pode-se conceitua-la como uma confederação de escolas unidas pelos laços de uma coordenação central exercida pelo Conselho de Curadores e Reitor, atuando mais como órgãos de controle que como de propulsão e desenvolvimento (Anísio Teixeira, 1998, p.29). Em que segundo o autor as universidades possuem quatro funções: a primeira a formação profissional, preparação para carreira de base intelectual, científica e técnica, a segunda como busca do saber, o terceiro desenvolve o saber humano, pois a universidade não só cultiva e transmite o saber mais alimenta a capacidade do homem conhecer e a quarta, transmissora de uma cultura comum nacional.

*Segundo Cunha (1982, p. 42), depois de alguns anos foi legitimado o ensino superior não federal em igualdade de condições com federal, mediante o mecanismo de reconhecimento dos cursos, onde os currículos tinham de ser iguais aos das instituições federais e tinham de possuir situação comprovada mediante inspeção regular pelo Ministério da Justiça. Afrouxando as normas de criação de cursos, ampliação de vagas e concessão de status universitário, e favorecendo a criação de pós-graduação articulada à carreira de professores providas linhas de financiamento à pesquisa. Diante*

*disso a demanda das redes públicas e federais tem sido de altíssimo grau de seletividade, aumentando o espaço para o ensino privado.*

Por meio da LDB de 1996, se fixou o prazo de oito anos para as universidades tendo corpo docente com pelos menos de 1/3 (um terço) de mestres e doutores 1/3 (um terço) tempo integral, isto é importante para instituição de ensino e pesquisa. Essas tendências revelam que o sistema de educação superior ingressou num novo ciclo de expansão acelerada, ganhando a cada ano mais intensidade, isto devido ao aumento de vagas noturnas para os que trabalham durante o dia ( Anísio Teixeira, p.30).

Depois de se conceituar Universidade e como resultante a formação universitária, é nessas expressões que se cabe a compreensão de instituições necessárias à coexistência do ser social, vale identificar outras instituições que em dado momento se confundem com a escola: a família, a igreja e o Estado. Sendo que na composição do quadro da existência coletiva possui marcas e se corporifica pela família, que vela pelo desenvolvimento inicial e por assim dizer, a entidade que conduz tornando-se o instrumento perpetuador da sua espécie. O Estado funciona como o instrumento regulador e mediador da vida em grupo. A igreja como fundamento capaz de oportunizar o sentido profundo de obediência a um conhecimento subjetivo leva o indivíduo a contar com algo incorreto e imaterial para efetivação da sua felicidade. E por fim a escola como instrumento humanizador e socializador da sociedade.

Por assim dizer, todas essas funções se mesclam e se retroalimentam entre si, caracterizando em cada uma delas sua própria identidade e construindo de algum modo a história da humanidade. Sabe-se, entretanto, que na história da humanidade identificam-se estágios, onde se observou “o predomínio estreito da família, em dado momento histórico a prepotência da igreja, e a ditadura do Estado”. O processo evolutivo dessas instituições se processa de forma orgânica e global subordinada à sociedade. Esta última segundo Anísio Teixeira (1998, p.32) “como matriz do indivíduo”. É a escola como tal que dentro da complexidade incorpora as funções do Estado, da família e da Igreja, que historicamente vem desvelando uma longa estrada percorrida através de um sistema complexo, objetivando a manutenção dos valores humanos como instrumento do seu desenvolvimento. A sua função tem assumido nos tempos modernos formas e patamares diferentes, caracterizado por objetivos de qualificação e de formação da natureza do homem. Uma dessas formas é a Universidade.

Durante todo este percurso essa instituição vem se firmando como uma instituição política, onde as suas funções não recaem somente na condição de difundir e de construir o conhecimento, porque se assim fosse segundo Anísio Teixeira (1998, p.35) “livro também difunde conhecimento”. “Não se trata de um espaço de conservação da experiência humana, como também não se trata de preparar prática a aprendizagem direta os prepara”. Trata-se, pois, de compreender essa instituição “Universidade”, como aquela que é capaz de “manter uma atmosfera de saber para preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, tornando-se consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana assimilando o saber do passado” com o desejo ávido de atração e entusiasmo do presente.

De maneira geral, a questão da formação universitária está intimamente ligada a pressupostos que dizem respeito à constituição de autonomia das Universidades, esta autonomia está vinculada às estruturas que mantém os funcionamentos dessas instituições. O Estado como agregador e responsável pela estrutura e funcionamento desses organismos, faz valer os seus interesses dos quais representam o interesse do capitalista, que incorpora em essência como construto da sua natureza o sistema de produção. Assim, a formação universitária está configurada como resposta aos ditames desse sistema, que estabelece e cria mecanismos de maximização do capital pela divisão do trabalho, teoricamente assumido pelas universidades.

As representações dessa divisão tem historicamente tido a evolução, através da especialização do conhecimento, das relações sociais e das relações com a natureza. Portanto, da caracterização das várias matrizes profissionais construídas pelas Universidades, tem rebatimento balizador na dinâmica do sistema produtivo sustentado em última instância pela dinâmica social, daí a formação universitária como construto dessa dinâmica social e assentada sobre estruturas hegemônicas, são construídas sobre legislações que seguem à risca as necessidades decorrentes dos interesses do Estado Capitalista.

O processo de afunilamento do conhecimento produzido pela Universidade é um exemplo vivo de que, à medida que o sistema capitalista cria necessidades como sistema agregador do conhecimento básico, criam-se através das instituições universitárias novas profissões, configurando assim a formatação de atividades profissionais unilaterais, as quais exigem uma visão e compreensão específica de um dado conhecimento, fazendo perder de

vista em primeira instância a relação deste com o todo e a compreensão do todo como instrumento conceitual do entendimento de mundo.

Nessa complexidade que colocada sobre a questão da Universidade as reformas que sucederam emergir num processo de expansão dessas instituições, dois problemas que se situa como foco do processo de modernização do ensino, o primeiro é o que resultou na questão da integração das múltiplas escolas isoladas entre si, contudo, como objetivos similares, fato que se cria e amplia-se um crescimento espontâneo e desordenado no que se refere nas formações dos seus sujeitos. O segundo problema é quando se trata de fazê-la funcionar como lócus da produção do conhecimento pelo desenvolvimento da pesquisa, de estudos profundos e avançados, pelos quais se possam construir a cultura e fazer marchar o conhecimento humano, missão essa que não tinha assento nas escolas ditas isoladas como situamos acima, entretanto, as reformas do ensino superior brasileiro tiveram uma evolução que determinam patamar corroborado com o sistema de produção, que fragmentando o conhecimento vem reforçando a ideia e a práxis da unilateralidade, representando essa uma imposição dos novos tempos, onde a construção desses dá-se pela via do fazer e do produzir com o menor tempo.

Além disso, a noção do saber está intimamente relacionada à noção de ciência, porquanto ela tem a função de busca e certificação de uma realidade que habita na relação do homem com a natureza e ou com a sociedade. Existe, portanto, uma dinâmica subjetiva sobre os construtos metodológicos que desenvolve sobre essa atividade humana (ciência) e que através dela o homem constrói e reconstrói sua história. A noção de escola recai simplesmente sobre a compreensão de um dado contínuo, de um repassar conhecimento construído de modo a estar formalizado sobre uma categoria sociológica que a sociedade caracterizou como espaço capaz de representar e acolher o saber.

Segundo Kuenzer (1992 p.26) *“o saber não é produzido na escola, mas sim no interior das relações sociais em seu conjunto que se estabelece como a natureza, com os outros e consigo mesmo”*. A produção do conhecimento do homem está na sua atividade prática, ou seja, em seu trabalho compreendido como todas as formas de atividade humana através dos quais o homem aprende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo que é transformado por elas. Dessa forma o trabalho é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento.

Esse processo de produção do saber é o resultado das múltiplas relações sociais que as pessoas estabelecem na sua prática produtiva, onde o saber é produzido socialmente. A classe

social que detém os instrumentos materiais detém também os instrumentos intelectuais que os permitem sistematizar o saber social, transformando-se em teoria, enquanto esta está a serviço do sistema capitalista, o qual num processo de estratificação do conhecimento produzido possui a função de maximização do capital.

Tomando como pressuposto a produção capitalista, admite-se que a reprodução das relações capitalistas, dá-se por conta do sistema produtivo, e este, possui a função de educar o trabalhador nas relações que lhe interessem, portanto nas relações de produção determinada pelo sistema, a questão da qualificação demonstra a exploração do trabalho humano e sua alienação.

A questão do trabalho humano apresenta-se como essência da sua existência, no entanto, quando esta condição essencial se põe como conteúdo das relações sociais e de produção, este trabalho passa a ser representado simplesmente pelo produto que não considera o processo do trabalho, nem as condições materiais como se deu. Daí o conceito do trabalho passa a ser construído em determinadas relações de antagonismo entre o trabalhador e o capitalista.

Ao capital interessa, portanto, o trabalho sobre a forma de mercadoria, e este trabalho quando se trata de formação especializada do trabalhador, a escola passa a ser o espaço que ideologicamente assume a condição de qualificadora. Contudo, esta escola não se constitui como produtora do produto material resultado do trabalho especializado. Em princípio o produto é propriedade do capitalista, e neste reside o interesse de formatar o trabalhador conforme as suas condições materiais e suas necessidades.

Na escola o processo de qualificação incorpora necessariamente pressupostos potencializadores geradores de ações criativas, porque, que além de negar a condição repetitiva do trabalho, negam-se também respostas igualitárias que não digam necessariamente da construção do novo. Daí retrata-se a palavra de Kuenzer (1992, p.40), que comenta sobre a condição do sistema de produção capitalista e a questão da qualificação do trabalhador para o capital: “À medida que o trabalhador repete inúmeras vezes à mesma operação vai aperfeiçoando-se de tal modo que ele o leva a atingir o efeito desejado com o mínimo de esforço”. Como tal, o mecanismo de repetição com o mínimo de esforço vem minimizar o capital empregado e maximizar os efeitos do capital produzido.

Contudo, essa condição de maximização do capital do processo de desenvolvimento do capitalismo tem exigido novas necessidades na formação do trabalho especializado e a



escola tem sido o lócus onde se processa esta especialização. O exemplo do avanço da própria tecnologia que à medida que toma pouco a pouco a exclusão do trabalho repetitivo produzido pelo indivíduo, repassa esse trabalho para as máquinas, que o fazem com o mínimo de esforço e com o máximo de produção. E esse mesmo sistema exige do especialista as ações criativas, no sentido de dar corpo à subjetividade expressa pelo desejo e necessidades da sociedade, agregando-se aos produtos existentes.

Essa dinâmica tem se processado principalmente nas universidades, onde as mesmas se constituem também como ao serviço do sistema capitalista. Um dos aspectos que se destaca dentro do processo de formação e qualificação dos indivíduos dentro da universidade em função do mercado de trabalho é a preparação para assunção das funções de direção e o de subordinação dentro da empresa essas duas funções têm reforçado o sistema de manutenção das relações de poder entre o capital e trabalho, ratificando e aprimorando a divisão técnica e social do trabalho.

Portanto no processo de seleção da empresa para admissão do trabalhador, agregado à sua formação universitária são estes os valores que atendam tanto aos interesses de obediência à estrutura da empresa, quanto à capacidade que o trabalhador adquiriu para a proposição do novo, no sentido da alimentação e retroalimentação do capital. Existe na verdade toda uma composição de ações teóricas e metodológicas que a Universidade produz, no sentido de fazer valer o processo de sistematização do conhecimento produzido tanto na perspectiva teórica quanto na perspectiva prática. Sobre essa condição o desenvolvimento do trabalho na empresa se corporifica através da ação prática, que em última instância, passa a ter um valor sobre o conhecimento teórico, contudo, apesar da prática ajudar no exercício profissional, a teoria é o meio facilitador e indicador nas opções de trabalho, dessa forma Kuenzer (1992, p.72) nos afirma esta importância ao dizer que “A escola aparece como a única alternativa dos trabalhadores para apropriação dos instrumentos básicos da ciência e dos princípios teóricos e metodológicos socialmente construídos”. Segundo a autora, por meio deles, se tem acesso ao “saber social” e ideológico conseqüentemente melhorará suas condições de vida.

Kuenzer (1992, p.73) ainda afirma que *a escola e os cursos de formação profissional se encontram desvinculado ao mundo do trabalho e das características do trabalhador, devido à inadequação as suas formas de organização e às suas propostas*

*curriculares. Isto é notado quando a demanda ao mercado de trabalho à classe de profissionais desqualificados é maior do que o de qualificados. Dessa forma, adequar à escola a essa realidade significa legislar seu caráter seletivo e excludente. Daí, com o avanço tecnológico se simplifica o trabalho reduzindo-se cada vez mais a necessidade de profissionais com altos índices de escolaridade.*

Outra questão descrita pela autora é a adequação da oferta às necessidades do mercado de trabalho, segundo Kuenzer (1992, p. 74) a prática tem demonstrado que para se preencher um cargo em qualquer função na hierarquia, esta última não é determinada pela qualificação, mas sim pela relação entre a oferta e a demanda de profissionais no mercado. Mostra-se que tanto maior a mão de obra qualificada requerida, maior também são as exigências de ingressos quanto à escolarização e experiência. Quando ocorre o inverso, ou seja, quando é escassa a disponibilidade de mão de obra a empresa utiliza seu próprio treinamento, desprezando assim o que a escola vem produzindo no decorrer dos anos.

Por compreensão a empresa vem educando seus funcionários no interior dela, mostrando assim que ela nunca dependeu da escola para preencher seus quadros funcionais, segundo suas próprias necessidades, uma vez que dispõe de sua própria pedagogia. Dessa forma elas prejudicam seus funcionários por concederem uma única alternativa de aprendizado por meio de prática, apossando-se assim apenas do conhecimento fragmentado. Essa condição de impedir o acesso ao saber é própria do capitalismo, pois esta estratégia está ligada ao próprio desenvolvimento de sua ciência e metodologia e também a hegemonia do capital, onde o domínio do saber científico e tecnológico e de informação são estratégias para esse domínio.

Reforçando a análise de que a escola é que promove a democratização do saber sobre o trabalho em todos os níveis, Kuenzer (1992, p.75) cita que *“Se a instrução e a experiência são utilizadas como critério de seleção, ela é também insuficiente para determinar a ocupação e o salário; esta determinação se faz pelas necessidades tem suas próprias leis, que independem da oferta da escola”*.

Dessa forma, a aquisição de conhecimento teórico é instrumento de compreensão das relações concretas e preparação para o trabalho, não querendo dizer que o saber prático não é importante, mas sim que a maior especialização é concebida com o aprofundamento teórico

aliado à prática. Consequentemente a empresa usa o saber do trabalhador na melhoria dos processos de trabalho, na criação de instrumentos, no aumento da produtividade.

No entanto, a distribuição do saber é desigual, determinada pelas necessidades relativas ao desempenho das tarefas em função do seu grau de complexidade. Como também quanto mais se ascende ao nível da pirâmide hierárquica se aumentam as exigências de qualificação, à necessidade de domínio do conteúdo do trabalho, o poder de decisão e os níveis de remuneração, o contrário do trabalhador de tarefa predeterminada.

Afirma Kuenzer (1992, 79) *o avanço tecnológico é um dos instrumentos promotores da simplificação do trabalho, esse leva a necessidades de profissionais qualificados, para isso a empresa utiliza o desempenho da tarefa treinamento que segundo Bomfim (1995, 41), possui objetivos organizacionais, melhora a execução da atividade funcional auxiliando como preparação para mudanças e necessidades da empresa a um novo mercado com qualidade e produtividade, rebatendo-se para os indivíduos, a sua autosatisfação.*

Para Bomfim (1995, p.43) o que a realidade nos apresentam que *“ os indivíduos ao saírem de uma universidade acusam não estarem preparados para o mercado de trabalho, eles sempre irão necessitar de treinamento, pois os conhecimentos específico adquirido na escola não são suficientes para o desempenho de sua atividade profissional”*. Ainda para Macian (1987, p.92) *o treinamento de um lado capacita o funcionário do outro, o aprisiona, pois nega sua criatividade e imaginação, redundando na impossibilidade de proposição de novos processos e propostas, retirando sua possibilidade de realização para formação de personalidade. Dessa forma, o treinamento é importante para melhoria de competência profissional nos seus campos: técnico, humano e político, visando sempre o aumento da produtividade nas empresas.*

Tratando-se, portanto do processo pedagógico capitalista, percebe-se que isso funciona como instrumento que integra o sistema de constituição do controle do saber, onde se aprende apenas a “fazer” de um processo completo, de pequenos fragmentos, onde princípios conceptuais, conceituais, teóricos e metodológicos não são integrantes do processo do trabalho e sim, integrantes do comando da empresa através de uma distribuição alimentadora do seu status- quo, restrito apenas à prática, em que o objetivo real da empresa é o exercício do controle sobre a força do trabalho. Diante disso o capital argumenta não

haver necessidade de aquisição de outros conhecimentos, pois a sua pedagogia é a única necessária para o trabalhador.

Com essas estratégias o trabalhador se habitua ao processo produtivo, buscando colaborar e se identificar com os objetivos da empresa, configurando assim o tipo de trabalhador que o capital necessita. Dessa forma, as empresas preferem formar seu próprio quadro funcional, privilegiando seu recrutamento dentro do seu “mercado interno”, isto porque eles acreditam na eficácia da formação pelo exercício do trabalho, só saindo à procura de mão de obra externa, depois de ter esgotado todas as possibilidades de preparação da sua mão de obra para o trabalho, criando assim um modelo funcional próprio, por não acreditar que os profissionais saiam prontos das instituições e Universidades para o mercado de trabalho.

Analisando quatro empresas do setor bancário, com o objetivo de confirmar as nossas proposições sobre escolaridade e mercado de trabalho, constatou-se que apenas a existência de 10% de profissionais de nível superior completo contra um montante, significativo de 40% de funcionários de nível superior incompleto. Neste quantitativo a minoria é de funcionários mais antigos e que só fazem o curso por exigência da empresa.

Este fato traduz a ideia de que o sustentáculo da empresa é mantido por aqueles de menor nível. Isto se explica porque esses funcionários detêm maior conhecimento do processo do trabalho, assim como do sistema estrutural e funcional da instituição. Por outro lado a admissão de funcionários de nível superior completo traduz-se o fato que os mesmos têm o maior tempo de vida vivido na escola e conseqüentemente incorporaram os construtos ideológicos como: hierarquia, subserviência, a racionalidade, disciplina e o sentimento de progresso pela ordem. Por conta disso, mantém de forma subjetiva a divisão sócio técnico do trabalho para manutenção dos interesses do capital e minimização das contradições entre as hierárquicas no interior dessa, à medida que é reforçada a condição de poder entre os funcionários para perpetuação da ordem.

Esta condição soma-se ao fato de que os indivíduos com menor tempo de vida vivido, por serem jovens tem maior vigor biológico e capacidade física com elemento propulsor do sistema de produção. Esses construtos, para a empresa se traduz como dinamismo, desenvoltura e boa disposição para o trabalho pragmático. Essas mesmas instituições acreditam também que o bom desempenho profissional se dá pela capacidade de adaptação à treinabilidade específica. Quanto aos profissionais especializados, à minoria, estes

são capazes de discernir e de propor medidas novas e criativas, o que não é o caso daqueles não especializados, adestrado para responder através da produção quantitativa as necessidades materiais e ideológicas da empresa.

Kuenzer (1992, p.26) *o conhecimento produzido na escola em que se estabelece como ressonância para o sistema produtivo é o saber ideológico, no qual, esse saber que se confunde com educação faz sustentar o sistema de produção e este mantendo uma contradição com o saber teórico “conhecimento”,* alocam os indivíduos como sujeitos produtivos, isto é, sujeitos operacionais capazes de desenvolver habilidades psicomotoras com baixo envolvimento do intelecto e da capacidade crítica.

Dessa forma conclui-se que o tempo biológico é um elemento agregador das perspectivas de produção da empresa, isto porque aqueles funcionários de menos idade são capazes de manter de forma positiva a mais valia absoluta isto é, maior tempo para produzir o produto, evidentemente, maior capacidade física consequentemente maior produto produzido. Diante disso a empresa é mantida por funcionários de menor nível de escolaridade e de menor idade. Já o de maior nível de escolaridade e maior idade a capacidade de manter e minimizar as contradições entre classes, mostrando-se que os interesses e os objetivos dessas classes são diferentes. Existe sim, por parte desse grupo de nível mais elevado, a função mantenedora do processo hierárquico dentro da empresa para a manutenção da ordem e consequentemente o aumento de produção e maximização do capital.

## REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, J. O. **A Usaid e a educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.

BOMFIM, D. **Pedagogia no treinamento**: correntes pedagógicas no treinamento empresarial. Rio de Janeiro: Qualimark, 1995.

CUNHA, L.A.. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

KUENZER, A.. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo: Cortez, 1992.

MACIAN, L.M. Leda Massari. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos**. São Paulo: EPU, 1987.

PARO, V.H. Vitor Henrique. **Escola e Formação profissional**. São Paulo: Cultrix, 1979.

TEIXEIRA, A. Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.